

VÍTIMAS DA RIQUEZA?

A REPRODUÇÃO DA POBREZA EM ZONAS DE MINERAÇÃO

Michael Godet Sambo

INTRODUÇÃO

Desde o advento da paz em 1992, Moçambique tem-se caracterizado por extrema pobreza e uma constante corrida para o desenvolvimento socioeconómico; porém, com pouco sucesso de facto. Por um lado, desde a assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) que se regista a entrada de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) de forma crescente e acelerada no País, incentivado e protegido pelo Governo com vista a promoção do desenvolvimento económico. Com efeito, entre 2002 e 2014, o IDE cresceu de 347,3 milhões para 4,9 biliões de USD (Mucanze, 2016). Em virtude deste, as taxas de crescimento económico medidas pelo Produto Interno Bruto (PIB) têm-se mantido altas, com uma média aproximada de 7% ao ano nos últimos dezoito anos (CIA World Fact Book, 2018), com uma desaceleração nos últimos dois anos. Por outro lado, este crescimento tem contribuído pouco para a redução da pobreza e para a melhoria das condições de vida das classes pobres. Pois, apesar da ligeira tendência de diminuição da percentagem de pobres de 54,1%, em 2003, para 49,2%, em 2015, segundo os dados não ajustados do Ministério de Economia e Finanças (MEF, 2016), a nível internacional, o País continua a localizar-se entre os mais pobres do mundo. Por exemplo, de acordo com os Relatórios de Desenvolvimento Humano, Moçambique esteve entre os oito países com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo em 2016, na posição 181 do *ranking*, contra a posição 170 do *ranking* de 2002, em que Moçambique se encontrava entre os quatro países menos desenvolvidos (UNDP, 2016, 2002)¹. No entanto, enquanto estes indicadores são usados para avaliar o êxito ou não das políticas de governação interna, bem como posicionar Moçambique no *ranking* mundial de desempenho socioeconómico, pouco dizem sobre as dinâmicas da pobreza e como esta efectivamente se manifesta nos contextos específicos. Além disso, pouco se sabe sobre a relação directa entre os projectos de investimento e o seu impacto na redução da pobreza nos contextos de sua aplicação.

¹ De salientar que no *ranking* de 2002, em que Moçambique figurou na posição 170 de um universo de 173 países, o seu IDH correspondia a 0,322; e em 2016 o universo era de 188 países, e Moçambique teve um IDH de 0,418.

Este artigo investiga o paradoxo da reprodução da pobreza no seio das populações nativas das zonas ricas em recursos naturais (ZRRN) e receptoras de projectos de investimento estrangeiro, analisando as dinâmicas da manutenção da pobreza e a sua relação com os respectivos projectos. O estudo foca-se na província de Nampula, nas zonas de Murrua², no distrito de Angoche, e em Topuito³, no distrito de Larde, onde decorrem explorações de areias pesadas pelas empresas de capital estrangeiro chinês – a Haiyu Mozambique Mining Company Lda. (HMMC,) em Murrua – e irlandês – a Kenmare Resources plc., em Topuito. O texto resulta de uma pesquisa de campo realizada naqueles locais em Novembro de 2016, o qual contou com (i) entrevistas qualitativas aos activistas sociais das Organizações da Sociedade Civil (OSC) provinciais, aos administradores distritais (de Moma, Angoche e Larde), às autoridades tradicionais e chefes locais, aos representantes residentes das duas empresas, trabalhadores, e à população residente com enfoque para os nativos; (ii) grupos focais com os chefes locais e nativos; bem como (iii) visitas de verificação e constatações dos discursos dos respondentes. O argumento central do artigo é que em vez de os projectos de investimento contribuírem para o desenvolvimento local, independentemente do cumprimento da responsabilidade social empresarial, estes têm contribuído para a reprodução da pobreza no seio das comunidades abrangidas. Daí a necessidade de introdução de políticas sociais que protejam aquelas comunidades dos efeitos adversos da exploração mineira que vão para além da responsabilidade social empresarial. O artigo está estruturado em quatro partes, nomeadamente: (i) esta introdução; (ii) contexto e dinâmicas socioeconómicas de Moçambique após o AGP; (iii) a persistência da pobreza nas zonas ricas em recursos naturais, o caso das areias pesadas de Angoche e de Moma; (iv) Conclusão e recomendações.

CONTEXTO E DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS DE MOÇAMBIQUE APÓS O AGP

Com a assinatura do AGP a 4 de Outubro de 1992 entre o Governo do partido Frelimo e a Renamo⁴, seguiram-se várias dinâmicas socioeconómicas numa perspectiva orientada para o apoio ao desenvolvimento e alívio da pobreza. Por exemplo, verificou-se uma entrada maciça de organizações não-governamentais (ONG) com a perspectiva de ajuda humanitária, apoio à reconstrução e manutenção da paz. Embora essa entrada de ONG internacionais em associação com os vários doadores se tenha iniciado por volta de 1988 com a introdução do sistema de economia de mercado, acelerou-se a partir de 1994 em nome do apoio ao

² Povoação pertencente ao distrito de Angoche, onde decorre a exploração de areias pesadas pela empresa chinesa HMMC.

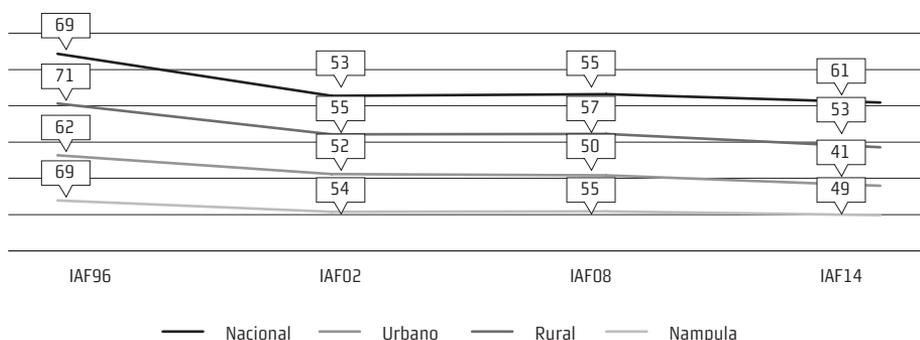
³ Antes pertencente ao distrito de Moma, actualmente pertence ao distrito de Larde como resultado da elevação desta localidade à categoria de distrito.

⁴ Renamo como movimento de resistência ao Governo da Frelimo, emergiu logo após a independência de Moçambique e converteu-se em partido político, tendo-se tornado, desde então, o maior partido da oposição.

desenvolvimento, sobretudo dada a introdução da liberdade de associação ao abrigo da nova Constituição da República (Negrão, 2003: 3; Francisco *et al.*, 2008: 19). Refira-se, também, que em 1998 o País beneficiou da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), de perdão da dívida externa, tendo outra vez em 2001 beneficiado de mais um perdão através da HIPC-2, com significativo alívio no serviço da dívida que passou de 100 milhões USD/ano em 1988 para 56 milhões USD/ano entre 2002 e 2010, o equivalente a cerca de 10% das receitas do Estado neste período (Negrão, 2003: 9). Porém, a dependência da ajuda externa ao Orçamento do Estado continuava a crescer (Hodges & Tibana, 2005).

Posteriormente, a entrada de capitais assumiu principalmente a forma de IDE, entrando através de projectos e megaprojectos de exploração dos recursos minerais e energéticos, tendo crescido significativamente ao longo dos anos e salvaguardado pelo Governo como o principal meio para alavancagem do desenvolvimento socioeconómico de Moçambique. O IDE tem contribuído para uma tendência de crescimento acelerado da economia traduzida pela elevação das taxas de crescimento do PIB, que trouxeram para o seio dos governantes uma sensação contagiante de melhoria das condições económicas e do bem-estar social, e uma certa percepção de estabilidade económica e resistência aos choques económicos externos (Canalmoz, 2011; Lusa, 2012). No entanto, essa percepção foi contestada sucessivas vezes por investigadores nacionais, como é o caso de João Mosca e Castel-Branco (Canalmoz, 2011; Albino, 2010), por pesquisas científicas sobre pobreza, emprego, bem como através de demonstrações populares urbanas (Castel-Branco & Ossemane, 2010; Brito, 2017). De facto, apesar do optimismo dos governantes quanto às elevadas taxas de crescimento económico, a pobreza tem-se revelado estagnada, ou com ligeiras diminuições, independentemente do aumento do IDE, facto que sugere uma possível desarticulação entre estas variáveis (Figura 1).

FIGURA 1: INCIDÊNCIA DA POBREZA COM BASE EM DADOS NÃO AJUSTADOS⁵



Fonte: Quarta Avaliação Nacional da Pobreza (MEF, 2016)

Ora, reconhecendo a existência dos já contestados benefícios fiscais de que os grandes projectos gozam no País, e transcendendo a dimensão dos retornos dos investimentos para o Estado como redistribuidor, urge a necessidade de analisar no contexto local o contributo destes para as comunidades abrangidas através da responsabilidade social e da participação nas suas vidas. Para o efeito, importa compreender o contexto local no qual os projectos de extracção de areias pesadas estão instalados de modo a melhor perceber as dinâmicas que norteiam as interacções entre os principais actores, a saber, a empresa, a comunidade e o Governo.

CONTEXTO LOCAL

Estas zonas de extracção mineira, nomeadamente Topuito e Murrua, até há bem pouco tempo eram praticamente esquecidas por se tratar de zonas remotas. Segundo um jornalista de Nampula entrevistado no contexto da pesquisa (A.S., 2016/11/21)⁶, a zona de Murrua foi dada por não-habitada durante a apresentação do suposto estudo de impacte ambiental em 2010 no Hotel Lúrio pela respectiva empresa de consultoria, a qual, no seu relato, apresentava várias incongruências. Outrossim, como se trata de zonas remotas nas quais, segundo Negrão (2003), o poder do Estado colapsou durante a guerra, estas comunidades quase nunca ou muito pouco beneficiaram da intervenção do Estado, e tiveram pouca interacção com entidades governamentais. Na melhor das hipóteses, apenas mantinham contacto com as estruturas tradicionais. Apesar de terem sido zonas afectadas pela guerra civil, donde resultou o êxodo rural, não há registos de que estes locais tenham beneficiado de projectos de ajuda humanitária ou de projectos de desenvolvimento antes da chegada das empresas. Consequentemente, a vida

⁵ Os valores indicam as percentagens das pessoas pobres sobre o total da população de cada área respectiva, segundo todos os IAF/IOF. Ademais, de acordo com os relatórios, as percentagens apresentadas são obtidas usando a metodologia aplicada aos dados dos IAF/IOF anteriores, ou metodologia “original” (MEF, 2016).

⁶ Entrevista com A.S. a 21 de Novembro de 2016.

dos residentes destes locais poderia ser considerada idílica antes da chegada dos projectos de exploração, como se pode perceber pelas descrições dos vários interlocutores nativos de Murrua: a sua economia era quase completamente não-monetizada, baseando-se o seu estilo de sobrevivência principalmente na agricultura de subsistência, actividade pastoril de pequena escala, pesca artesanal, recolha e consumo de produtos alimentares silvestres (frutas e tubérculos). Por sua vez, as habitações eram geralmente construídas à base de material local, com estacas e cordas de material vegetal, as paredes rebocadas de argila e os tectos de capim ou folhas de palmeiras; nalguns casos eram vedadas por trançados de folhas de palmeiras, de que até hoje existem vestígios. Nesta habilidade artesanal, com a palha produziam cestas, chapéus, esteiras, entre outros utensílios de uso quotidiano à base da provisão da natureza. Para a maioria dos nativos, o dinheiro não passava de um mero intermediário no processo de escambo dos seus produtos naturais por alguns bens industrializados, como é o caso de roupas, sabão, instrumentos de trabalho, entre outros adquiridos na sede dos respectivos distritos. De salientar que de Murrua a Angoche são aproximadamente 20 km, e de Topuito a Moma pouco mais de 100 km.

Porém, pela riqueza do seu subsolo, as mesmas começaram a merecer atenção, principalmente dos *media*, desde a chegada dos projectos extractivos, tendo daí também se iniciado ou incrementado o contacto com as autoridades governamentais distritais. A chegada dos projectos extractivos em resultado do IDE, nas duas comunidades, contribuiu em grande medida para a monetização daquelas zonas, por um lado pelo afluxo de gente alheia à região, entre estrangeiros e nacionais com necessidades imediatas e poder de compra; por outro, pela progressiva escassez dos produtos em resultado da devastação ambiental provocada pelos projectos, bem como pela sua mercantilização, comercialização, aumento da demanda e conseqüente encarecimento. Adicionalmente, a criação de oportunidades de trabalho, ainda que residuais mas de forma relativamente ampla, principalmente nas fases de implantação dos projectos, contribuiu para o aumento da circulação monetária naquelas zonas.

No entanto, apesar de se estabelecer a relação entre os residentes destas zonas e o Governo, esta relação continua bastante limitada e, na prática, não passa de uma relação de reconhecimento posicional. Na prática, as autoridades manifestam-se em represálias sobre o povo, demonstrando-lhe pouco esforço visível para o proteger, defender ou prover para satisfação das suas necessidades básicas. Contrariamente, a expectativa do povo é que o Governo se manifeste como provedor. Por exemplo, no caso de arbitragem entre a comunidade local e qualquer entidade que venha de fora, como é o caso das empresas mineradoras, a comunidade esperava que o Governo fosse favorável aos seus interesses em detrimento do interesse das empresas, facto que para eles não se verifica, mas sim o contrário. Em resultado desses desencontros, as principais figuras do Governo, do nível distrital ao nacional, e o próprio Governo são altamente contestados no seio popular das duas mineradoras.

Consequentemente, as comunidades vêem-se muitas vezes obrigadas a negociar e a forçar os seus interesses directamente às empresas exploradoras, consideradas as mais prováveis provedoras. As comunidades procuram negociar os seus interesses nas empresas bem como firmar e proteger as relações com estas, contra a possibilidade de interferência do Governo neles, numa perspectiva de que “o Governo apenas procura tirar proveito próprio em detrimento do povo”, que é o seu “suposto mandatário”. Daí que estas comunidades procurem firmar os seus interesses através do Estado como testemunha face às empresas. Enquanto isso for possível, elas buscam capitalizar esta intermediação. É assim que há uma tendência para evitarem que o Estado assuma o papel de negociador ou executor, mas permitem que aja apenas como facilitador do encontro e garante do cumprimento dos acordos. Estes factos são importantes para perceber, em certa medida, as relações entre os principais actores naquelas zonas, bem como as clivagens que dão lugar à letargia económica e subsequente reprodução da pobreza.

A REPRODUÇÃO DA POBREZA NAS ZONAS RICAS EM RECURSOS NATURAIS, O CASO DE MURRUA E DE TOPUITO

O conceito de pobreza a utilizar para estas comunidades carece de alguma discussão teórica prévia, dadas as condições contextuais peculiares daqueles locais e a existência de uma multiplicidade de conceitos e indicadores. Esta secção pretende, assim, apresentar os conceitos mais utilizados e fazer uma breve discussão dos mesmos, seguindo-se depois a apresentação e análise dos contextos.

BREVE REVISÃO DE CONCEITOS

Existem, principalmente, duas abordagens ao estudo da pobreza: a unidimensional e a multidimensional. A abordagem unidimensional, ligada à pobreza de renda, caracteriza-se pela utilização de apenas um indicador de pobreza, como é o caso do rendimento; a abordagem multidimensional caracteriza-se pela inclusão de vários indicadores, daí muitas vezes definida através de índices de pobreza. São exemplos dos aspectos englobados na abordagem multidimensional a falta de emprego, a baixa renda ou o acesso a recursos; o baixo nível de educação; a pobreza habitacional; os problemas de saúde; a falta de segurança em geral; a falta de defesa e a falta de influência política, entre outros. Destas duas abordagens emergem vários conceitos de pobreza, em que uns são mais simples e determinísticos e outros mais complexos. Alguns exemplos são: linhas da pobreza por exclusão social; vulnerabilidade; pobreza de género; as abordagens de Amartya Sen de direitos, de funcionalidades e das capacidades; e, finalmente, os conceitos de pobreza humana e de desenvolvimento humano das Nações Unidas.

Nas duas abordagens há tendências de inclinação para a medição da pobreza, mas dada a complexidade do fenómeno, alguns autores limitam-se a estudá-lo através de métodos qualitativos, facto que tem ajudado na compreensão do fenómeno. Por exemplo:

- (i) a abordagem unidimensional da linha da pobreza é geralmente estimada monetariamente, e pode ser definida em termos de renda⁷, ou em termos de calorias⁸ necessárias por dia (Saith, 2005: 4603). Estas duas linhas de pobreza são determinadas sob ponto de vista de consumo diário por indivíduo ou agregado familiar, sendo a primeira mais facilmente aplicável em zonas monetizadas, sendo, portanto, a mais amplamente usada, e a segunda ainda muito pouco usada, sendo a Índia um exemplo de utilização desta linha de pobreza calórica (*idem*). No entanto, estes dois indicadores por si só são bastante limitados por olharem apenas para o consumo.
- (ii) As abordagens multidimensionais procuram incluir outros aspectos que garantem ou restringem a qualidade de vida dos indivíduos. Assim, para além do indicador de renda, podem incluir saúde, vestuário, habitação, acesso aos serviços públicos, entre outros, que nalguns casos têm sido convertidos em índices com vista a serem mensuráveis de forma agregada. Os mais conhecidos são: (a) o Índice de Pobreza Humana (IPH) introduzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1997, com três dimensões de base, nomeadamente esperança de vida à nascença, taxa de analfabetismo adulto e nível de vida representado pela percentagem de pessoas com acesso à saúde, água potável e percentagem de crianças subnutridas; e (b) o Índice Multidimensional da Pobreza (MPI) introduzido em 2010, em substituição do IPH (Walker, 2015), que consiste na média ponderada de dez indicadores, através do qual uma pessoa é considerada pobre se vive em privações de pelo menos um terço dos indicadores (UNDP, 2015: 67).
- (iii) Por sua vez, os conceitos de exclusão social e de vulnerabilidade enquadram-se na abordagem multidimensional, mas não são facilmente mensuráveis. Primeiro, a exclusão social, nas perspectivas aproximadas de Silver (2007) e Kabeer (2006), refere-se a um “processo dinâmico de ruptura multidimensional progressiva do ‘laço social’ ao nível individual ou colectivo” (Silver, 2007). A exclusão, neste caso, refere-se tanto a aspectos económicos como sociais de desvantagem de um grupo que está simultaneamente dentro e fora de uma sociedade; ou que ostenta uma certa distância social, sendo por isso tido como marginal em relação à pertença social (Silver, 2007). Em relação aos aspectos económicos, são identificadas muitas dimensões de desvantagem através da abordagem convencional

⁷ Inicialmente foi definido o limite da pobreza em relação ao consumo de bens equivalentes a 1 USD/dia (Saith, 2005), que depois foi reavaliado em 1,25 USD/dia, e mais tarde em 1,90 USD/dia (Walker, 2015).

⁸ Sem um limite mínimo universal de calorias por dia, e altamente contestado em países onde se aplica, como é o caso da Índia, que fixa em 2100 kcal para a população urbana, e 2400 kcal para a população rural (Saith, 2005: 4603).

⁹ Por laço social o autor entende relações sociais, instituições e identidades imaginárias de pertença que constituem a coesão social, a integração e a solidariedade (Silver, 2007).

de renda, com foco no défice de rendimento e de activos, pois estes resultam num défice de satisfação das várias necessidades básicas da vida (Kabeer, 2006), dando assim lugar à exclusão social. Segundo, a vulnerabilidade é um aspecto de bem-estar que olha para a alta probabilidade de famílias se tornarem pobres devido à sua incapacidade de resistir a choques adversos (Chaudhuri, 2003; Lok-Dessallien, 1999: 5). Portanto, esta abordagem avalia os pobres e os não-pobres com vista a aferir as suas capacidades de resistência aos riscos económicos e sociais, partindo do indicador da linha da pobreza.

(iv) Por último, e de forma geral, a abordagem das capacidades de Amartya Sen e a de desenvolvimento humano são bastante similares, sendo a segunda também quantitativa. Na essência, o conceito de desenvolvimento humano inspirou-se na abordagem das capacidades de Sen, que sugere que a pobreza não está apenas no estado dilacerado em que a pessoa vive, mas também na falta de verdadeiras oportunidades para que as pessoas tomem o rumo ideal, devido tanto a constrangimentos sociais como a circunstâncias individuais (Lok-Dessallien, 1999: 4). O foco do conceito de desenvolvimento humano está na qualidade de vida dos humanos, e pode ser medido através do Índice de Desenvolvimento Humano, que examina diferentes aspectos da qualidade de vida sob um julgamento agregado dos diversos estratos de pessoas de uma nação, inferindo assim sobre o desenvolvimento humano médio (Anand & Sen, 1997). As variáveis em análise são similares, porém mais limitadas em relação às da abordagem das capacidades, que consiste na “ausência de capacidades humanas básicas para o nível de funcionamento minimamente aceitável na comunidade” (Lok-Dessallien, 1999: 11). De salientar que o IPH é complementar ao IDH, e analisa as privações olhando apenas para o estrato social pobre de uma nação (Anand & Sen, 1997).

Apesar destas ricas abordagens conceptuais e metodológicas, as definições ora apresentadas continuam imprecisas, pois não se pode aferir com precisão o grau de pobreza dada a sua relatividade e complexidade. Note-se que alguns autores reconhecem a não-existência de uma medida universalmente válida e precisa, por exemplo a respeito do IPH, Anand & Sem (1997) afirmam que “a identificação das principais privações tende a variar com as condições sociais e económicas da comunidade em questão” (Anand & Sem, 1997: 6). Este facto ilustra que, apesar de o IPH ser uma medida de aplicação universal, não deve ser igualmente aplicada pois a privação é relativa a cada sociedade, e, por dedução, em cada sociedade a privação é relativa a cada contexto específico. Sendo por isso necessário identificar o que é verdadeiramente privação para cada contexto de um país. Em linha com Anand & Sem (1997), Walker (2015) afirma que, “embora as pessoas reconheçam a pobreza imediatamente quando a encontram, geralmente têm dificuldades de dizer precisamente o que a pobreza é”, e acrescenta que “os especialistas enfrentam a mesma dificuldade”. Daí se percebe que estes autores concordam com a crítica de Robert Chambers (1988 *apud* Harriss, 2007: 1) de que as definições da pobreza geralmente reflectem o que facilmente se pode medir (Walker, 2015: 1; Harriss, 2007: 1).

Chambers (2006), não contestando directamente a relevância dos diversos conceitos e índices, incentiva os investigadores e fazedores de política a questionar os próprios pobres sobre os seus constrangimentos e privações a fim de melhor entender a pobreza e intervir sobre ela. Estas e outras observações permitem concluir que o conhecimento sobre a pobreza deve ser dependente do contexto (Harriss, 2007: 7-8).

Importa também realçar que pode ser mais relevante analisar a forma como a pobreza é sentida em comparação com a ideia de uso de índices e linhas de pobreza não acompanhados de claras explicações contextuais do fenómeno. As formas de medição da pobreza utilizados em Moçambique, nomeadamente a linha da pobreza (de consumo) e o índice pobreza multidimensional, têm grandes limitações, algumas das quais reconhecidas no próprio *Relatório da Quarta Avaliação Nacional da Pobreza* (MEF, 2016: 2). Neste admite-se a falibilidade dos dados de consumo por lapsos de memória ou desconhecimento dos respondentes sobre as refeições que os membros do agregado fazem fora de casa, mas o relatório dá maior confiança aos dados da pobreza multidimensional por serem "... mais fáceis de observar do que o consumo", alegando assim que "as estimativas [...] apresentadas são menos controversas" (MEF, 2016: 2), factos que, por sua vez, também podem ser contestáveis. Por exemplo, estes dados abrangem o nível de educação, o acesso aos serviços básicos de saúde e de educação, características da habitação, posse de bens duráveis, liberdade, entre outros itens (MEF, 2016: 2, 5), dos quais se podem questionar os critérios de observação e a fiabilidade da mesma, bem como da sua medição. Tomando o caso de educação, por exemplo, as pessoas podem ser de classes mais elevadas mas terem menos capacidades técnicas e menor nível de conhecimento em relação ao esperado da respectiva classe, sobretudo olhando para o sistema das passagens automáticas; ou podem ter acesso à escola primária sem carteiras nem condições básicas de ensino, mas sendo contadas como aqueles que têm acesso a escolas em melhores condições. Ou, ainda, o acesso a unidades de saúde, o que figura no índice como acesso a serviços básicos de saúde, pode ser uma falácia, na medida em que existem unidades de saúde sem médicos, com atendimento bastante deficiente e sem medicamentos, o que é equiparável, ou pode ser pior, à ausência destas. Para além destes exemplos, a objectividade da observação e medição da liberdade é altamente questionável. Ao olharmos para estes indicadores do índice multidimensional da pobreza, podemos tirar conclusões como a pobreza diminuiu, manteve-se ou aumentou, mas o sentimento das pessoas dirá algo muito mais concreto e passível de intervenção, daí a necessidade de as considerarmos. Por esta razão, sem negar a pertinência dos índices numéricos, é importante conjugá-los com análises qualitativas para melhor os explicar. Pois, segundo Boom (2011: 23), metodologias diferentes de determinação da linha da pobreza em Moçambique podem resultar em resultados contraditórios.

OS CASOS DAS ZRRN, MURRUA E TOPUITO

Os casos em alusão carecem de uma clara exposição temporal e qualitativa tendo como marco de referência o momento da chegada das respectivas empresas de exploração de areias pesadas. É desta forma que melhor se poderá analisar a pobreza, as suas prováveis causas e as respectivas mudanças das suas características resultantes da instalação destes projectos.

Durante a pesquisa de campo, nos povoados de Murrúa e de Topuito, com vista a analisar o impacto dos projectos sobre as vidas dos nativos, questionou-se sobre as suas vidas antes da chegada do projecto. As descrições dos vários respondentes adultos e idosos eram acompanhadas de emoções entre boas recordações do seu passado e uma forte resistência à comparação com a letargia que agora vivem. Para os de Murrúa em particular, é como se a vida tivesse perdido o seu sentido. De acordo com as narrações dos populares, eles dedicavam-se à pesca, ao artesanato, à actividade pastoril, à religião e também à recollecção de alimentos e às actividades culturais e tradicionais que eram feitas nas matas, sobretudo entre as suas residências e o mar, numa distância aproximada de cinco a dez quilómetros. Cerca das duas horas de madrugada, os homens levantam-se para a actividade pesqueira na praia, onde permanecem até por volta das dez ou onze horas, quando regressam a casa. Um dos interlocutores, emocionalmente carregado de orgulho paterno, referindo-se ao seu papel de provedor no dia-a-dia antes da chegada da HMMC, afirmou que, mesmo quando não conseguiam pescado num dia, não chegavam a casa de mãos vazias, porque apanhavam frutas silvestres que levavam para os filhos. Por seu turno, em casos de doença, os nativos recorriam à medicina natural à base de plantas. E havia pequenas lagoas próximas das casas de onde tiravam água para consumo doméstico e onde tomavam banho. Serviam-se da natureza para quase tudo, inclusive para a educação tradicional, principalmente através dos ritos de iniciação ou de passagem para a fase adulta, que também eram feitos naquelas matas ligeiramente afastados da área residencial. A comunidade, de forma geral, não se queixava do seu estilo de vida passado, pelo contrário, retratavam-no como quem perdeu algo precioso.

No entanto, muitos são os aspectos que não foram abordados, mesmo a título de privações, mas que se encaixam nos vários conceitos de pobreza. Pois tratando-se de comunidades que estavam quase totalmente isoladas da civilização e, portanto, socialmente marginalizadas, era de se esperar que as queixas das suas carências dominassem o discurso. Observou-se também, pelos discursos posteriores e por constatação no terreno, que em ambas as comunidades há carência de vias de acesso em condições, que as ligassem às sedes dos respectivos distritos e a outras comunidades. Sendo que as que lá existem se encontram em condições de transitabilidade precárias, supõe-se que é por esta razão que ainda há carência de transporte. Por estarem isoladas, estas comunidades estavam desprovidas de qualquer instituição de ensino formal, de hospital, de posto médico ou de qualquer unidade básica de cuidados de saúde convencional, bem como maternidades. Logicamente, nem água canalizada nem saneamento do meio havia

nestas comunidades, tão-pouco se vislumbrava a possibilidade de haver energia eléctrica. Em termos comerciais, apenas o peixe era vendido, sobretudo para as vilas-sede, muitas vezes através de intermediários que vinham comprá-lo a estas comunidades. Não há registos de trabalho assalariado, nem mesmo alguma forma de renda foi mencionada entre os interlocutores. Não há memórias de encontros com o Governo antes da chegada dos projectos de exploração, supõe-se que o Governo era simplesmente alheio a estas comunidades. Muitos nem sequer imaginavam a noção de governo, salvo os que tinham algum contacto com as sedes distritais, sobretudo porque não havia meios de comunicação convencionais, inclusive rádio. Daí a compreensão de se tratar de uma comunidade socialmente excluída, embora muitos dos seus membros nem sequer pudessem perceber essa exclusão dado não ter havido qualquer sentimento prévio de pertença.

Todavia, para fazer uma discussão informada sobre a pobreza, mais do que olhar apenas para o que estas comunidades não tinham, é necessário olhar para o que tinham e como se sentiam. Pois, neste contexto, as descrições sobre as privações denotam claramente tratar-se de comunidades pobres sob o ponto de vista dos conceitos mencionados anteriormente, mas não sob o ponto de vista dos próprios nativos. A julgar pela ausência do que geralmente se considera prioritário para uma vida digna, isto é, um fluxo de rendimento para garantir a alimentação e a satisfação das necessidades básicas, a existência de hospitais para garantir os cuidados de saúde, a existência de escolas para garantir a educação, e assim por diante, estas comunidades seriam obviamente consideradas pobres, mesmo antes das explorações. Porém, em contraste com aqueles indicadores está a riqueza cultural, a suficiência material resultante da biodiversidade animal e vegetal da qual se serviam e pela denotam um certo contentamento, pois as suas necessidades fisiológicas estavam acauteladas e supridas pela natureza, o que nos leva à reflexão sobre a sua real condição de pobreza. Na questão de suprimento das suas necessidades, incluem-se as de alimentação, saúde, diversão, desenvolvimento de capacidades artesanais e de sobrevivência (instrução ou educação não convencional), suprimento de material para construção de habitação, etc. É de notar também que, no seio daquelas comunidades, as desigualdades eram bem menores, o acesso aos recursos era livre, e, no geral, os seus pontos de referência eram elas mesmas ou as comunidades imediatamente vizinhas, dadas as distâncias geográficas de separação com as comunidades urbanizadas e a sua limitação de mobilidade. Tendo estas condições como ponto de partida, estas comunidades gozavam de satisfação moral e material, pelo que tinham um padrão de bem-estar agradável aos seus próprios olhos. Por esta razão, não se consideravam pobres do ponto de vista do contexto local que Harriss (2007) tenta enfatizar.

Após o início das operações mineiras, uma auto-análise das condições da sua vida revela uma certa deterioração. Se para os nativos de Murrua a intervenção mineira apenas piorou as suas condições de vida, sem trazer alguma compensação, no caso dos nativos de Topuito registam-se

transformações significativas quer do estilo de vida quer das suas relações com o Estado e com outros intervenientes. No entanto, os nativos de Topuito não falam em melhorias, pois embora reconheçam o surgimento de algumas oportunidades, também registam inúmeras queixas que figuram na deterioração das suas condições de vida. Importa para esta análise que façamos uma breve descrição das mudanças narradas e constatadas como resultado dos projectos de exploração.

No caso de Murrua, os nativos não observam qualquer contributo da empresa HMMC na vida da comunidade, senão apenas efeitos adversos. Muitas outras queixas são mencionadas para além das descrições sobre o transporte das areias pesadas em camiões a descoberto (*A Verdade*, 2013), o que frequentemente expõe a poeira mineral e lhes provoca medo dos efeitos desta nas suas vidas. Em alusão a estas queixas, os nativos começam por descrever a carestia de vida caracterizada pela escassez de produtos alimentares da natureza, produtos medicinais locais, e a eminente dependência de produtos comercializáveis por um lado, e o seu encarecimento pecuniário, por outro. Mais ainda, reclamam a inexistência de espaços para a prática dos ritos de iniciação, bem como a destruição das lagoas de onde tiravam água para consumo e onde se banhavam, entre outras queixas (Sambo, 2018). A explicação principal para estes múltiplos efeitos sobre a economia, a saúde e a cultura é atribuída à devastação das matas em particular, e ao ambiente em geral, mexendo assim com toda a dinâmica social e económica. Acrescentam ainda as injustas compensações pela destruição de propriedades privadas durante a colocação de postes de energia eléctrica, para a fábrica e para a sede da localidade vizinha de Sangage, que não beneficia os membros desta comunidade. Ademais, fazem menção a um leque de promessas feitas pela empresa à comunidade, porém já mais materializadas no seu seio, como são os casos de abertura de fontes de água potável, construção de escolas convencionais e hospitais, bem como da extensão da rede eléctrica para a comunidade (Sambo, 2018). Esta série de factos e percepções contribui para uma profunda deterioração do bem-estar social daquela comunidade, impondo-lhe múltiplas privações, o que, por sua vez, os deixa bastante revoltados.

Por seu turno, no caso de Topuito, embora sejam claramente observáveis os contributos da empresa Kenmare, os nativos contestam alguns, bem como fazem múltiplas reclamações em relação ao projecto. Primeiro, observa-se que a via de acesso, de terra batida, que liga a localidade de Topuito à antiga sede do distrito de Moma foi alargada, tendo aumentado também o tráfego devido ao fluxo de trabalhadores, pessoas interessadas em trabalho, e a dinamização de outras actividades económicas na área. Para além destes aspectos gerais, a empresa tem feito muito através da sua subsidiária denominada KMAD (Kenmare Moma Associação para o Desenvolvimento), criada em 2004 para apoiar e contribuir para o desenvolvimento das comunidades próximas da mina, a qual trabalha em coordenação com a empresa, o Governo e a população (Kenmare Resources plc, n.d.). De entre os seus feitos, registam-se os seguintes:

- Na área da saúde: construção de um posto médico equipado para servir a comunidade, que inclui uma maternidade; apoio a campanhas de saúde pública.
- Na área da educação: construção de cinco escolas primárias; duas escolas primárias completas; e uma escola técnica ainda em construção em Topuito com vista a privilegiar os nativos; atribuição de bolsas de estudo para o ensino secundário aos filhos nativos para a cidade de Nampula e para o vizinho distrito de Moma, sendo 52 bolsseiros até 2016.
- Na área das actividades económicas: construção e atribuição de pequenas lojas no mercado do bairro dos reassentados; construção da secretaria da localidade. Avançou, também, com diversos projectos de geração de renda nas áreas agrícola, pecuária e de produção de frutas, etc., atribuídos aos nativos de Topuito e comunidades circunvizinhas, muitos dos quais acabaram por fracassar.
- Na área dos serviços: estendeu para a comunidade de Topuito a rede eléctrica; tem aberto furos de água em Topuito e Mutitcoma, e distribui água para consumo através de camiões-cisterna aos locais não abrangidos pelos furos. Ademais, dado que operam uma plataforma móvel de extracção das areias pesadas, têm estado a investir em repovoamento florestal participado pela comunidade e monitorizado pelo antigo Micoa (Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental), que tem logrado algum sucesso assinalável.

Estes feitos foram desenvolvidos pela empresa no âmbito da responsabilidade social empresarial. Houve outras obras feitas sob responsabilidade do Governo do novo distrito de Lard, e, com recurso a 5% do total das receitas cobradas pelo Estado ao projecto. Algumas destas obras são o mercado central de Topuito recentemente construído, as respectivas casas de banho e a secretaria do bairro.

Contudo, tanto estas obras feitas pela KMAD como as feitas pelo Estado são, na sua maioria, contestadas. A começar pelo Governo e pela construção do mercado em Topuito, os nativos reprovam a obra pela falta de qualidade de construção e contestam o seu custo, alegando não equivaler ao valor declarado de 1,5 milhões de meticais, dando-se por enganados pelo Governo.

O respectivo mercado apresenta rachas em quase toda a sua estrutura e é relativamente pequeno, por isso os nativos recusam-se a mudar-se das suas bancas a céu aberto para esta infra-estrutura. A respeito das obras e iniciativas da KMAD, fizeram várias queixas, entre elas:

- Na área dos serviços: a água antes era livre, mas agora têm de pagar 10 MT/mês, o que faz diferença nas suas vidas; a água pela qual têm de pagar é turva, nalguns casos preferem fazer poços manuais por temerem pela sua saúde.
- Na área económica: os projectos de geração de renda foram distribuídos aos secretários das dez comunidades à volta da exploração para comprar o seu silêncio; poucos são os nativos de Topuito empregados no projecto de exploração, além disso não têm campos próximos para a prática da agricultura; adicionalmente, referem-se à proibição pela empresa do exercício da pesca nas imediações do “pequeno porto de escoamento” do minério.

- **Compensações:** são altamente contestadas por não reflectirem o verdadeiro valor da produção que é destruída. Por exemplo, segundo explicam, uma mandioca custa 25 MT, e por cada planta de mandioca a empresa paga 15 MT, seguindo a tabela de compensações do Governo, o que representa uma grande perda e um desincentivo à produção naquelas áreas. Note-se que cada planta de mandioca tem em média cinco a sete mandiocas, o que equivaleria, por defeito, a 125 MT por planta, dos quais recebem apenas 15 MT. Facto que leva a que muitos rejeitem o valor da compensação por a considerarem injusta.
- **Promessas não cumpridas:** as infra-estruturas de estrada (para ligar Topuito a Nampula sede) e a ponte para ligar Topuito à sede de Larde (o novo distrito) já tinham sido prometidas pela empresa, que até ao momento nada tinha feito; segundo os nativos, actualmente, os mesmos aspectos foram alegados como moeda de troca pela exploração do “sagrado” monte Philipe.
- **Saúde e tradição:** neste aspecto consideraram particularmente as crenças locais em relação ao monte Philipe – uma duna alta considerada monte sagrado –, onde a comunidade oferece as suas preces pela sua saúde e segurança, e que a empresa há muito tencionava explorar por haver lá um elevado potencial de concentração de areias pesadas. Tratando-se de um momento de tensão de forças relativo à exploração (derrube) do monte, os nativos estavam tão desesperados na sua capacidade de proteger o monte que pretendiam abandonar a área a correr riscos imprevisíveis, isto é, estavam dominados pelo medo e pela frustração de nada poderem fazer contra a intenção da empresa e a cooperação do Governo.
- **Acesso ao Governo:** a maioria partilhava o mesmo sentimento em relação ao Governo, nomeadamente de não se tratar de um governo que se interessasse pela comunidade, ou que os atendesse, devido às suas várias tentativas anteriores de encontrar apoio do Governo e não terem sucesso.

Em resultado das tensões nas duas comunidades, tende-se a formar em cada uma delas a consciência social de pertença e de exclusão, simultaneamente. De notar que desde o início daqueles projectos, Kenmare, em Topuito (2007), e HMMC, em Murrua (2011), muitas foram as organizações da sociedade civil que interagiram com as comunidades visadas, mobilizaram, instruíram sobre processos, benefícios e estratégias de negociação, bem como formaram Comités de Gestão de Recursos Naturais compostos por membros idóneos das comunidades. Nalguns casos, também os expuseram aos *media* provinciais e nacionais como estratégia de pressão, porém pouco tem sido alcançado da parte do Governo e das empresas. Algumas das OSC, que advogam por estas comunidades e as envolveram em vários processos negociais com os governos locais e provincial, são a AENA e a Solidariedade Moçambique, sediadas na cidade de Nampula. Os representantes das comunidades também foram expostos a outras comunidades na província de Nampula e no País, adquirindo assim a consciência de pertença a um contexto mais amplo para além do local. Mas os fracassos constantes diante do Governo e das empresas, a fraca comunicação entre o Governo e as comunidades, a inacção do Governo

para com estas comunidades, bem como a protecção do Estado às empresas em detrimento das comunidades, têm causado no seu meio um sentimento de exclusão social.

Por sua vez, os casos estudados têm muito a revelar sobre a pobreza. Desde a forma como definimos a pobreza, a forma como se manifesta, bem como a maneira em que é sentida, abre um espaço de análise um pouco para além do convencional. Se olharmos para os conceitos outrora referidos, e os respectivos critérios de avaliação, certamente as duas comunidades cabem na categoria de pobres. Pelo contrário, se olharmos para as comunidades e, como sugere Chambers (2006), as questionarmos sobre as suas condições de vida antes e depois da introdução daqueles projectos de IDE, notaremos que: (i) antes dos projectos de investimento, havia entre as comunidades um inequívoco sentimento de bem-estar, percebido pela livre disponibilidade e acesso aos vários recursos vitais, e pelas liberdades de que gozavam isolados do resto da sociedade; (ii) porém, após o início dos projectos verifica-se nas comunidades um sentimento de profunda privação no acesso aos recursos e privação das suas liberdades e direitos morais. Isso demonstra que, na perspectiva dos locais, estes regrediram de um estado de bem-estar desejável para um estado de múltiplas privações que se pode considerar de pobreza. Este importante fenómeno realça a ideia de Harris (2007) de que o objecto de estudo das ciências sociais é um sujeito ou um grupo de sujeitos conscientes que podem descrever ou explicar os seus problemas, contra a ideia de que se trata de um fenómeno humanamente perceptível apenas por meio de índices e números.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Com efeito, este artigo revela as manifestações e dinâmicas de reprodução da pobreza nas ZRRN, particularmente em Topuito e em Murrua, bem como ilustra a sua relação com os investimentos de exploração mineira. A exposição dos casos em análise revela que a presença das empresas de exploração alterou significativamente o modo de vida das comunidades nas quais se integram, tendo contribuído significativamente para a destruição do meio ambiente, da flora em particular, dos quais dependia em grande medida a vida das populações. Desta forma, impuseram-lhes privações de consumo, de saúde e educação tradicionais, de desenvolvimento cultural, bem como lhes impuseram maiores dificuldades habitacionais por escassez de material local e de matérias-primas para fabricação dos seus utensílios domésticos de uso quotidiano. Em consequência dos efeitos da actuação das empresas, as economias locais tornaram-se monetizadas, o custo de vida encareceu e os locais não tiveram contrapartidas directas da empresa, como o acesso a renda por vias de emprego (devido ao baixo nível de empregabilidade dos locais), ou comerciais (salvo alguns casos em Topuito, onde a actividade comercial ficou relativamente dinamizada). Por sua vez, se outrora podiam ser mais receptivos e cooperativos com o Governo, esta possibilidade está cada vez mais distante, quer pelo

posicionamento deste em defesa dos interesses das empresas (HMMC e Kenmare) quer pela sua omissão face às inúmeras tentativas das comunidades em alcançá-los. Assim sendo, o artigo deu maior atenção à análise dos processos sociais, e das relações que dão origem à pobreza, reconhecendo e ilustrando que a criação e a recriação da pobreza são inerentes às dinâmicas do capitalismo (Harriss, 2007: 10) reflectidas através das empresas de mineração. É daí que o artigo nos coloca o desafio de pensar num conjunto de soluções que facilitem a transição, com vista a precaver as populações nativas das ZRRN dos efeitos adversos da exploração dos mesmos. Isto passaria por mais do que as meras consultas comunitárias, que nada dizem sobre os efeitos negativos que advêm das actividades de exploração. A título de proposta de política social com vista à protecção destas comunidades, sugerimos que: (i) os estudos de impacte ambiental sejam mais amplos, focando-se também na componente do impacto social, com destaque para os modos de vida das populações locais e possíveis alternativas; (ii) as consultas comunitárias sejam precedidas de palestras informativas com vista à consciencialização dos nativos, idosos, adultos e jovens, a respeito dos recursos disponíveis no subsolo sobre o qual residem e sobre a natureza e o tipo de exploração que se pretende desenvolver, bem como sobre o seu impacto na vida das comunidades; (iii) que os locais sejam capacitados em formas alternativas de sobrevivência, bem como dotados de conhecimentos técnicos para a melhoria da sua empregabilidade nos respectivos projectos; que seja fixada uma quota mínima de empregos para os nativos nos respectivos projectos, antes mesmo da sua fixação; (iv) que as acções de responsabilidade social empresarial orientadas para aquelas comunidades sejam determinadas pela sua respectiva participação consciente, e a participação regulada das OSC no processo com vista a garantir a monitorização da sua implementação. Estas propostas visam mitigar a constatada reprodução da pobreza em ZRRN como consequência da implementação dos projectos extractivos em Murrua e Topuito, onde se verifica que a natureza, em particular a flora e a terra (água, solo, etc.), desempenhava o papel de espinha dorsal na vida daquelas comunidades.

REFERÊNCIAS

- Albino, I. (2010). Castel-Branco chumba discurso de Guebuza: pobreza da população gera riqueza de alguns. *Canal de Moçambique*, 3. 14 de Setembro.
- Anand, S. & Sen, A. (1997). Concepts of human development and poverty! A multidimensional perspective. *Poverty and Human Development: human development papers*, 1-20. United Nations Development Programme,
- A Verdade* (2013). Empresa que explora areias pesadas de Sangage acusada de poluir o ambiente. 14 de Novembro de 2013. Disponível em: <http://www.verdade.co.mz/nacional/41750> (consultado a 28 de Setembro de 2017).
- Boom, B. van den (2011). *Situação da Pobreza dos Agregados Familiares, Malnutrição Infantil e Outros Indicadores 1997, 2003, 2009*.
- Brito, L. de (2017). *Agora Eles Têm Medo de Nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012)*. Maputo: IESE.
- Canalmoz (2011). Estabilidade económica de Moçambique é falsa. *Moçambique para Todos*. Disponível em: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/04/estabilidade-econ%C3%B3mica-de-mo%C3%A7ambique-%C3%A9-falsa.html (consultado a 18 de Abril de 2018).
- Castel-Branco, C.N. & Ossemame, R. (2010). Crises cíclicas e desafios da transformação do padrão de crescimento económico em Moçambique. In Luís de Brito *et al.* (orgs). 2010, 141. Maputo: IESE. 141-182, Disponível em: http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2010/IESE_Des2010.pdf#page=142.
- Chambers, R. (2006). *What Is Poverty? Who Asks? Who Answers?* Reino Unido: Institute of Development Studies, Sussex.
- Chaudhuri, S. (2003). *Assessing Vulnerability to Poverty: concepts, empirical methods and illustrative examples*. Nova Iorque: Department of Economics, Columbia University.
- CIA World Fact Book (2018). Moçambique – Produto Interno Bruto (PIB) – taxa de crescimento real - dados históricos gráficos. *Index Mundi*. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=mz&v=66&l=pt> (consultado a 17 de Abril de 2018).
- Francisco, A. *et al.* (2008). *Índice da Sociedade Cívica em Moçambique 2007. A sociedade cívica moçambicana por dentro: avaliação, desafios, oportunidades e acção*. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/282287614>.
- Harriss, J. (2007). *Bringing Politics Back into Poverty Analysis: why understanding social relations matters more for policy on chronic poverty than measurement*, 6. Reino Unido: University of Manchester, School for International Studies Simon Fraser University Vancouver.

- Hodges, T. & Tibana, R. (2005). *A Economia Política do Orçamento em Moçambique. Principia*. 1.^a edição. Lisboa: Principia, Publicações Universitárias e Científicas.
- Kabeer, N. (2006). Poverty, social exclusion and the MDGs: the challenge of “durable inequalities” in the Asian context. *IDS Bulletin*, 37(3), 64-78.
- Kenmare Resources plc (n.d.). *KMAD – Kenmare Resources plc*. Disponível em: <http://www.kenmareresources.com/responsibilities/kmad.aspx> (consultado a 20 de Abril de 2018).
- Lok-Dessallien, R. (1999). *Review of Poverty Concepts and Indicators*. Disponível em: <http://www.undp.org/povertypublicationspovReview.pdf>.
- Lusa (2012). FMI: desempenho económico de Moçambique “é extraordinário”. *Público*. 26 de Dezembro de 2012. Lisboa: Público. Disponível em: <https://www.publico.pt/2012/12/26/economia/noticia/fmi-desempenho-economico-de-mocambique-e-extraordinario-1578645> (consultado a 18 de Abril de 2018).
- MEF (2016). *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: quarta avaliação nacional (IOF 2014/15)*.
- Mucanze, N.A. (2016). *Investimento Direto Estrangeiro em Moçambique: aspectos positivos e negativos*. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/145019> (consultado a 16 de Abril de 2018).
- Negrão, J. (2003). *A Propósito das Relações entre as ONG do Norte e a Sociedade Civil Moçambicana*, 17. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Saith, A. (2005). Poverty lines versus the poor: method versus meaning. *Economic and Political Weekly*, 4601-4610.
- Sambo, M. (2018). Haiyu Mozambique Mining Company: dinâmicas da intervenção chinesa nas areias pesadas de Angoche. *IDeLAS*, 97.
- Silver, H. (2007). *The Process of Social Exclusion: the dynamics of an evolving concept*. Rhode Island, USA: Department of Sociology Brown University Providence.
- UNDP (2002). *Human Development Report 2002: deepening democracy in a fragmented world*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2002> (consultado a 18 de Abril de 2018).
- UNDP (2015). *Human Development Report 2015: work for human development*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2015-work-human-development> (consultado a 20 de Abril de 2018).
- UNDP (2016). *Human Development Report 2016: human development for everyone*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2016-human-development-everyone> (consultado a 17 de Abril de 2018).
- Walker, R. (2015). *Multidimensional Poverty*.